

A INSERÇÃO DE CAMBIRA (PR) NA REDE URBANA ATUAL E SEUS NOVOS PAPÉIS URBANOS

Pedro Carnevalli Fernandes
Ângela Maria Endlich

Resumo

O entendimento do urbano é fundamental na compreensão dos espaços geográficos. As cidades que se conhece atualmente correspondem ao resultado acumulativo de todo um processo histórico, político e cultural. Ainda que no Brasil se valorize as áreas metropolitanas, existe outra face do urbano que diz respeito às pequenas cidades. Este artigo foi desenvolvido acerca da realidade de um espaço que apresenta uma dinâmica demográfica e econômica divergente em determinados períodos: o município de Cambira, seguindo o mesmo contexto do Norte do Paraná. A emancipação de Cambira foi impulsionada pela atividade agrícola, principalmente a cafeeira, onde os diversos fatores que ela sofreu, resultou de imediato em um intenso processo de declínio populacional. Partindo disso, muitas transformações ocorreram no campo, no espaço regional e na estrutura urbana de Cambira. A partir da década de 1990, houve uma nova mudança nos dados populacionais: Cambira passou a ter um ganho de população. Com isso, acabou por redefinir seu papel e alterou as condições sociais e econômicas no espaço regional. O objetivo principal é apresentar como Cambira está inserida na rede urbana do Norte paranaense e os seus papéis atuais. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico, levantamento de dados estatísticos, trabalhos de campo *in loco* e sistematização das informações e dos dados obtidos na elaboração da redação. Os principais resultados sinalizam para uma perda de centralidade e dependência de centros maiores, como Apucarana e Londrina.

Palavras-chave: Pequenas Cidades. Rede Urbana. Transformações Urbanas. Realidade Social.

1. INTRODUÇÃO

A motivação deste trabalho vem de debates acerca das pequenas cidades e de parte da monografia de conclusão de curso de graduação. Os resultados alcançados sinalizam para uma discussão sobre a reinserção de Cambira na rede urbana atual do Norte paranaense, após as transformações que ela sofreu, e os novos papéis urbanos que desempenha. Apesar de a análise remeter a uma localidade específica, ela segue uma visão em contexto regional.

Os estudos direcionados a pequenas cidades vão além da expressividade numérica que mostra a sua importância no espaço geográfico: representam quase 90% dos municípios brasileiros e pouco mais de 80% da área nacional (MOURA, 2009). No Paraná, elas caminham mais por inquietações relacionadas à intensa mobilidade espacial da população, especialmente após a década de 1970. Na região Norte e Noroeste do Estado, “a presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23).

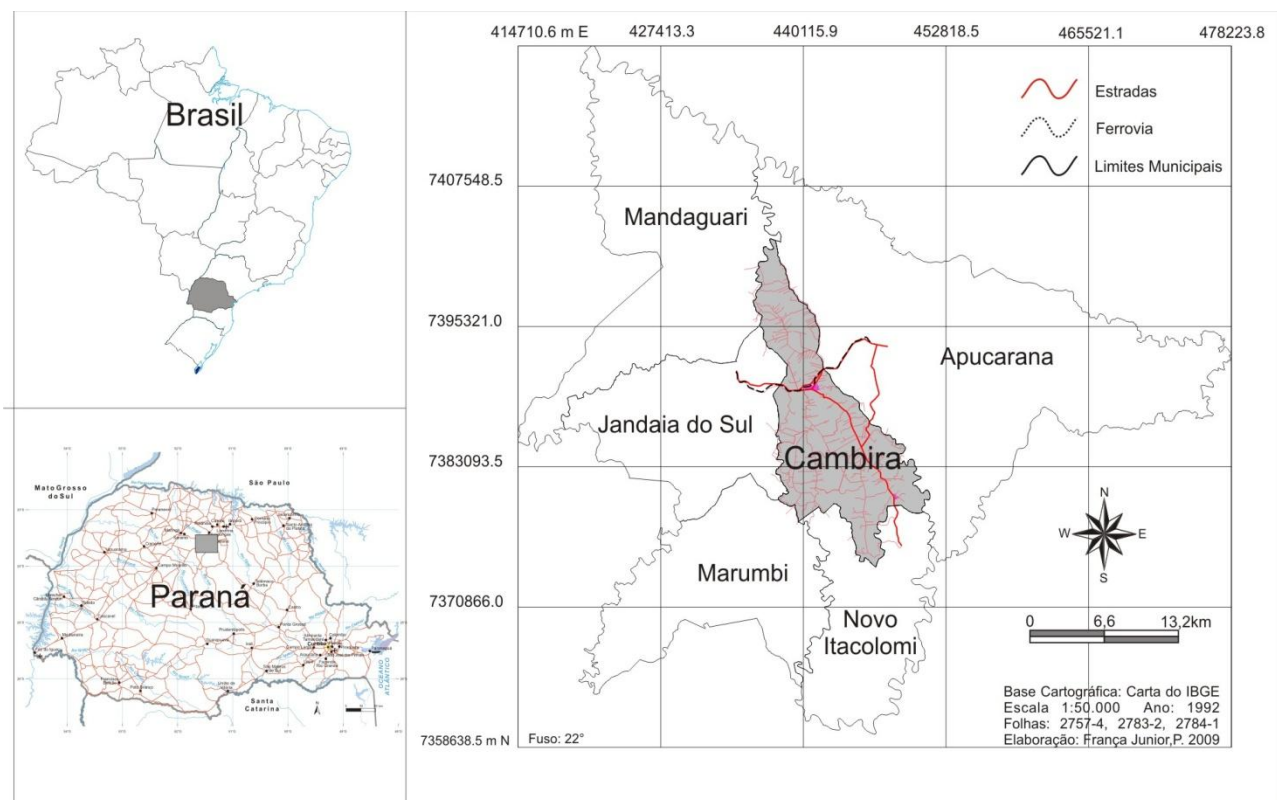
Esta atividade econômica impulsionou a vinda intensa de pequenos produtores e trabalhadores para a área rural, principal local de moradia naquele momento. Com o declínio daquela atividade agrícola – principal fonte de renda das sedes dos municípios ou então vilas/distritos –, ocorrida por fatores de diferentes escalas, como incentivo à mecanização, aos cultivos temporários – soja e trigo –, à industrialização, ao interesse de empreendimentos privados de loteamentos, entre outros, houve uma evasão populacional no campo. Esse declínio, segundo Endlich (2006, p. 24), “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, aos centros maiores”.

Esses ciclos, marcados pelas migrações do homem para o campo e, posteriormente, para as áreas urbanas, modificaram o espaço regional e a estrutura urbana das localidades, principalmente das pequenas cidades. Deste modo, elas, após a cafeicultura, tiveram que se modelar, tornando-se assim, “espaço instável para a sociedade local” (ENDLICH, 2006, p. 24).

Este trabalho foi desenvolvido acerca da realidade de um espaço que apresenta uma dinâmica demográfica e econômica divergente em determinados períodos: o município de Cambira. Inicialmente, a dinâmica segue uma lógica encontrada no Norte e Noroeste do Paraná: os municípios se consolidando, a partir de 1930, por meio da atividade agrícola como a principal

atividade econômica, maior parte da população vivendo e trabalhando na área rural e a cidade funcionando apenas como suporte para o campo. Posteriormente, após a década de 1960, houve a perda efetiva de população total e, principalmente, rural, e o ganho de população urbana. Evidentemente, essa realidade pode ser estendida para muitos outros municípios¹, inclusive a análise remete a uma visão regional, uma vez que os municípios enfrentam, grosso modo, de processos similares.

O município de Cambira está localizado no Norte do Estado do Paraná (Mapa 1) a 376 quilômetros de Curitiba, capital do Estado, e segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com 7.222 habitantes. Está localizado entre um dos mais importantes eixos econômicos do interior do Brasil e o principal pólo no setentrião paranaense: Londrina (70 quilômetros) e Maringá (48 quilômetros). É cortado pela rodovia federal BR-369 e pela estadual PR-376, além da rede ferroviária.



Mapa 1: Paraná. Localização de Cambira (PR)

Elaboração: França Junior, P., 2009

¹ Ver Endlich (2006), que discorre sobre os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná.

As coordenadas geográficas são latitude 23°34'58'' Sul e longitude 51°34'40'' Oeste, está sobre uma altitude de 839 metros e conta com uma área de quase 167 quilômetros quadrados. É um município relativamente novo, uma vez que seu desmembramento de Apucarana ocorreu em 1961. O seu nome está ligado a uma palavra indígena e representa um cipó de flor lilás muito abundante na região onde está o município. (CAMBIRA, 2010).

A consolidação municipal e o seu desenvolvimento econômico inicial de Cambira ocorreram por meio das atividades agrícolas, principalmente a cafeeira. Entretanto, fatores de diferentes escalas geraram transformações no campo, como a concentração fundiária e a mecanização da agricultura, que acabou por absorver um pequeno número de trabalhadores. Isso gerou no município um veemente processo de declínio populacional, ocasionando assim, muitas transformações na área urbana, principalmente com a chegada de algumas pessoas oriundas das áreas rurais.

A partir da década de 1990, houve uma nova mudança nos dados populacionais de alguns municípios da região, inclusive no de Cambira: os municípios passaram a ter um ganho, pequeno, mas positivo, de população total. Como seguem perdendo população rural conclui-se que o ganho populacional urbano é maior que a perda populacional rural.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar as transformações socioespaciais em Cambira e suas conseqüências contemporâneas, tal como ela está inserida na rede urbana Norte paranaense e os seus papéis atuais. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico para qualificar o trabalho, levantamento de dados estatísticos para quantificar, trabalhos de campo *in loco*, com aplicação de questionários, e, por fim, sistematização das informações e dos dados obtidos na elaboração da redação.

2 REDEFINIÇÕES NA REDE URBANA DO NORTE DO PARANÁ

A definição de rede se enquadra em duas grandes matrizes que ocorrem concomitantemente, segundo Santos (1996, p. 208): “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e outra, onde é também levado em conta o dado social”. A primeira está relacionada a:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (SANTOS, 1996, p. 209).

A segunda é relacionada ao social, política, pelas pessoas, mensagens e valores que a freqüentam (SANTOS, 1996, p. 209). Em suma, deve-se pensar em redes como nós articulados que apresentam ligações materializadas ou não materializadas entre si.

A rede urbana é um conjunto de centros funcionalmente articulados, que “reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade” (CORRÊA, 1994, p. 8). Sua existência ocorre quando, ao menos, satisfaz três situações, segundo Corrêa (1994, p. 6-7): i) quando há uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente – tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho -, ii) quando verifica-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios são realizados e, iii) quando refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação – no âmbito da circulação – entre os núcleos.

Em resumo, as cidades da rede urbana apresentam pontos de articulação entre elas, tanto no trabalho, moradia, comércio e relações econômicas, quanto nas relações sociais, de informação, entre outras. A rede urbana do Norte paranaense é um exemplo concreto.

Para entender o processo de rede urbana atual, como totalidade, é necessário fazer um resgate histórico da evolução dos lugares, tal como sua gênese, transformações e redefinições. Isso porque as mudanças ocorrem, na atualidade, com maior rapidez.

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. (SANTOS, 1996, p. 209).

Assim, na compreensão da atual rede é indispensável que se entenda esse processo de formação, mas, não como processos diferentes ou como duas formas distintas, e sim, como um movimento único. Até porque, com os avanços tecnológicos e das ciências, cada vez mais se vive num mundo com comunicação instantânea e mudanças econômicas e sociais que acabam por diminuir as distâncias, na perspectiva material.

Os avanços vão redefinindo as redes urbanas que passam a ultrapassar “as fronteiras nacionais” (OMINAMI, 1986, p. 176 *apud* SANTOS, 1996, p. 212) e acabam por ser os mais “eficazes transmissores do processo de globalização” (SANTOS, 1996, p. 212) a que se assiste. Segundo Santos (1996, p. 213), “o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira”, ou seja, apesar de influenciar diretamente na vida de todas as pessoas, não estão disponíveis para classes menos favorecidas.

Por fim, deve-se destacar que a rede urbana apresenta relação direta com a divisão territorial do trabalho, ou seja, está relacionada à questão do poder. Isso porque cada vez mais ocorre uma especialização econômica em municípios, novas divisões espaciais do trabalho e acesso rápido e fácil a outras localidades. Portanto, como os demais, o núcleo urbano de Cambira está inserido nessa relação de poder e da divisão territorial do trabalho.

A compreensão da rede urbana do Norte do Paraná baseia-se na forma espacial do tipo *christalleriano*, proposta por Christaller (1966):

Referem-se à análise de núcleos urbanos diversos, entendidos como localidades centrais nos quais se realizam funções centrais de distribuição de bens e serviços a população residente em sua região de influência. (FRESCA, 2004, p. 27).

Essas funções e serviços dizem respeito ao deslocamento de pessoas para buscar produtos, empregos, lazeres, entre outras coisas, que vão gerar uma hierarquização de certos lugares a outros. Essa hierarquização está dividida da seguinte forma: *Metrópole Regional*, que apresenta uma completa função central, ofertando todo um leque de serviços à sociedade; *Capital Regional*, *Centros Sub-Regionais*, *Centro de Zona* e *Centros Locais*, existindo, para cada um deles, uma oferta padrão de funções e serviços, obviamente de uma maior quantidade para menor, conseqüentemente (FRESCA, 2004, p. 28).

Assim, seguindo a metodologia de Christaller a rede urbana no Norte do Paraná, em 1960, apresentava uma maior distribuição de cidades que desempenhavam papéis de destaque como centros regionais. Naquele momento também, existiam no interior dos municípios existentes vários distritos e/ou vilas que buscavam sua emancipação política. O núcleo urbano de Cambira, não emancipado, era apenas um distrito de Apucarana.

Com o avanço das discussões acerca da rede urbana e com as transformações ocorridas ao longo do tempo, a teoria do Christaller passou a não responder mais as dinâmicas atuais. Assim, usa-se o REGIC – Regiões de Influência das Cidades, elaborado pelo IBGE e que segue

uma metodologia de níveis de influência, de acordo com bens e serviços. Em 2007, segundo o REGIC, Cambira aparecia na rede urbana do Norte do Paraná com uma área de influência apenas do tamanho do seu município, enquanto fazia parte da área de influência de Jandaia do Sul, Apucarana e Londrina.

3 CAMBIRA E SUA REINSERÇÃO NA REDE URBANA ATUAL

Para entender a reinserção de Cambira na rede urbana, parte-se dos conceitos dos processos de industrialização, dos subsistemas urbanos e dos dois circuitos na rede propostos por Milton Santos (1979).

Segundo Santos (1979, p. 257), existem dois processos de industrialização dominantes em países em desenvolvimento, como o Brasil: a industrialização A e a industrialização B. Na primeira, a atividade industrial moderna é voltada para o interior, e na segunda, para o mercado externo. No entanto, algumas empresas e cidades podem abrigar os dois tipos de industrialização (processo). Enquanto a instalação da industrialização A ocorre de maneira decrescente das metrópoles completas, que apresentam maior grau de complexidade urbana, para os centros de menor hierarquia, as do tipo B se apresentam sem padrão de localização, ocorrendo em todos os espaços.

Partindo disso, a rede urbana, para Santos (1979, p. 259), é “constituída por duas redes superpostas. Uma está ligada principalmente às atividades industriais voltadas para o país; a outra, às atividades voltadas para a exportação”. Estes dois subsistemas definem-se em termos de funcionamento e suas conseqüências de ordem geográfica são diferentes. O subsistema 1 reúne os tipos A e B de industrialização e é direcionado para uma estimulação interna; já o subsistema 2 é direcionado para o mercado externo.

A existência desses dois subsistemas urbanos e a organização do espaço que lhes corresponde são uma conseqüência direta da nova divisão internacional do trabalho. Em todo o caso (...) há também superposição das atividades dos dois circuitos da economia urbana. (SANTOS, 1979, p. 260).

No ponto de vista do subsistema 1, em redes urbanas de países como o Brasil, as cidades locais:

Nascem ou se desenvolvem como uma resposta a novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite a uma aglomeração satisfazer as demandas gerais mínimas de uma população. (SANTOS, 1979, p. 261).

Já a metrópole é o lugar que reúne as formas mais modernas da vida econômica, social e política, onde é, ao mesmo tempo, uma metrópole, cidade intermediária e local. As cidades locais têm função somente de cidade local.

A localização das atividades modernas segue fatores como: tamanho da cidade, seu nível de cosmopolitismo, a presença de economias externas e de externalidade e a existência de infraestruturas nacionais e regionais que servem esta cidade. Partindo disso, as cidades locais têm possibilidades limitadas de criar atividades modernas, devido ao tamanho reduzido de seu mercado e também por causa do caráter monopolístico de certas atividades regionais de comércio cujo efeito sobre o preço reduz ainda mais o número de consumidores (SANTOS, 1979, p. 261). Muitas vezes os comerciantes destas cidades locais vão buscar em cidades vizinhas, de dimensões superiores na escala de centralidade, produtos para abastecer seu estabelecimento. Isto mostra as relações de redes entre esses centros.

Evidentemente esta hierarquia de serviços influencia diretamente na mobilidade das pessoas. Ou seja, alguns produtos são de fato consumidos na cidade, independente da condição de vida ou nível de renda, como os produtos para alimentação. Já outros, que são encontrados fora do centro local, para consumo, dependem diretamente da posição do indivíduo na escala de renda. Portanto, de acordo com Santos (1979, p. 264), existe “a imobilidade de certos indivíduos, incapazes por diversas razões, de se deslocar para onde esses bens e serviços podem ser adquiridos”.

Portanto, Santos (1979, p. 265) tem razão ao mencionar que a rede urbana não tem o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas, ou seja, é vista particularmente diferenciada pelas diversas classes sociais e, por conseguinte, pela renda/poder aquisitivo.

No subsistema 2, as atividades vão se instalar em todos os espaços urbanos, não importando a hierarquia da cidade. O que possibilita sua instalação são as vantagens atrativas que os locais oferecem como infraestrutura, externalidades a baixo custo e mão-de-obra barata. Isso é um dos motivos que justificam o momento que o Brasil vem vivendo, desde a virada do século XXI, de descentralização do parque industrial brasileiro. Descentralização esta apenas do chão de

fábrica – o físico, o material –, enquanto que as decisões e o poder continuam nas metrópoles, principalmente São Paulo.

Em países em desenvolvimento ocorre como resultado e necessidades manifestadas na região motriz, no país ou no exterior, um processo de especialização das atividades industriais.

Essa especialização é sinônimo de produção amplamente superior ao consumo local e de atividades “dominantes” em relação às outras atividades da aglomeração. A vida da cidade com função dominante é inteiramente comandada pela produção principal cuja estrutura projeta-se sobre a cidade que ela criou ou que mantém; as outras atividades têm que se adaptar. (SANTOS, 1979, p. 267).

Neste caso, estas indústrias não dependem do mercado consumidor local, ou seja, são voltadas para o mercado consumidor internacional. Segundo Santos (1979, p. 269), “elas criam apenas um número reduzido de empregos, enquanto, por outro lado, absorvem uma parte importante dos recursos naturais”. E devido à instabilidade do sistema econômico, podem fechar suas portas a qualquer momento e se deslocarem para localidades mais atrativas. Quando isto ocorre em uma pequena cidade o impacto gerado tem proporções maiores que em cidades médias e metrópoles, pois a dificuldade na geração de emprego é maior nessas localidades.

Partindo disso, e atrelados a este processo, as atividades econômicas e o comércio moderno estão inseridos na rede em dois circuitos, segundo regras particulares: o circuito superior e o circuito inferior (SANTOS, 1979, p. 270-275).

Com relação ao circuito superior: as possibilidades do comércio aumentam com o tamanho e o nível funcional da cidade, ou seja, maior na metrópole completa e menor na cidade local. Assim, o número de empresários, profissionais liberais, funcionários e assalariados e de consumidores seguem essa lógica. Já com relação ao comércio de exportação e importação existe diferença: enquanto que no primeiro não há muita variação na curva entre a metrópole e a cidade local, por fatores já mencionados anteriormente, no segundo, a curva é mais acentuada no que diz respeito às metrópoles completas, onde a quantidade é muito superior do que nas cidades intermediárias e locais.

Já no circuito inferior, a possibilidade de comércio aumenta em razão inversa ao nível funcional das cidades e em função da distância (tempo e preço) em relação à cidade mais industrializada. Nas cidades intermediárias e locais, a dificuldade para a produção e comercialização de produtos modernos ocorre principalmente porque as classes mais burguesas

se dirigem a cidades de dimensão maior – mais centralizadoras – para consumir os produtos mais baratos. Os que não podem se locomover – classes menos favorecidas – a esses mercados ficam prisioneiros ao circuito inferior.

Para Santos (1979, p. 274), enquanto nas cidades pequenas as atividades do circuito inferior “substituem os serviços modernos às vezes existentes, na grande cidade eles existem, apesar do grande número de serviços modernos, para responder à demanda de uma numerosa população pobre”. Por fim, o circuito inferior pode ser dividido quanto a sua localização na cidade: circuito inferior central e circuito inferior residencial, em que altera apenas o seu funcionamento específico.

É importante perceber as zonas de influência dos dois circuitos nos aglomerados urbanos. Enquanto no circuito superior o alcance de influência aumenta à proporção que aumenta o escalão urbano, ou seja, é maior nas metrópoles e menor nas cidades locais, no circuito inferior essa influência aumenta do centro para a periferia, haja vista que nas grandes cidades tende a confundir-se com os limites do aglomerado e nas cidades pequenas ultrapassam o limite do aglomerado.

Em Cambira esses conceitos são percebidos claramente. Funciona como um centro local, com comércios e serviços simples destinados ao consumo básico e à população que não tem condições de se locomover até centros maiores onde existem comércios e serviços modernos. As pessoas providas de mobilidade (classes com maior poder aquisitivo) recorrem a Apucarana, quiçá Londrina, Maringá, Curitiba e São Paulo, para o consumo de seus produtos, dependendo do interesse, exceto aqueles de consumo imediato.

Além da dependência de produtos e serviços, Cambira ainda apresenta outra dependência, ainda maior e mais grave, de centros próximos, com maior hierarquia: emprego – renda – e atendimento médico, como mostra as citações do Quadro 1. Ou seja, muitas pessoas vão trabalhar e buscar hospitais ou consultas médicas em cidades como Apucarana e Jandaia do Sul.

Por meio dos questionários realizados em 2009, percebe-se diferença entre os fluxos. O fluxo de trabalhadores que se deslocam diariamente de Cambira, por meio do Terminal Rodoviário, é de cerca de 120 pessoas. Os fluxos para atendimento médico variam de acordo com as ocorrências e poder aquisitivo. Já o fluxo de consumo segue a mesma dinâmica: depende do poder aquisitivo e do interesse. As pessoas de classes mais favorecidas vão de 1 a 3 vezes por

semana consumir em Apucarana ou Jandaia do Sul, já as pessoas de menor poder aquisitivo fazem no máximo uma vez por mês este mesmo roteiro.

Município	Expressões citadas
Cambira	Emprego – 50% Hospital e assistência de saúde – 38,7% Asfalto e Lazer – 33,4% Segurança – 28% Moradia e Infraestrutura – 18,7% Universidade/Educação – 8% Não sabem ou não opinaram – 13,4%
Fonte: Questionários aplicados, 2009	

Quadro 1. Cambira (PR). “O que falta na sua cidade?”, citadas, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

Portanto, os papéis urbanos de Cambira sofreram transformações da sua ocupação à situação atual: antes a dinâmica estava relacionada ao papel de localidade central, como apoio ao campo e ao segmento agrícola. Após as transformações ocorridas este passou a configurar-se em segundo plano na atividade econômica do município, ficando atrás dos serviços e indústrias que se configuram como a atual fonte econômica do município, detendo quase “80% do valor adicionado bruto” (IPARDES, 2009).

Entretanto, outro papel que parece emergir acentuadamente em Cambira neste século XXI é uma condição de subordinação a centros urbanos próximos mais dinâmicos, no que diz respeito à dependência de serviços, ou seja, pressupõe-se, dentro do contexto de emprego/renda, que Cambira está se constituindo numa cidade-dormitório submetida a cidades da região, principalmente Apucarana.

Cidade-dormitório, segundo Rocha (1992, p. 1), ocorre quando um “grande contingente de trabalhadores da população economicamente ativa – PEA – que trabalha fora do município, produzindo riquezas em outros territórios”. Ou seja, a localidade funcionando apenas como local de moradia dos trabalhadores. Sua condição de existência se submete a “subordinação econômico-social” (ROCHA, 1992, p. 70) e de certa hierarquização na rede urbana.

Os motivos ocorrem principalmente por duas razões: a primeira, voltada a uma classe com melhor poder aquisitivo, parte de Cambira ter um custo de vida mais barato, principalmente relacionado à moradia, que as cidades maiores próximas, e de sua localização ser privilegiada na

rede urbana, o que a torna atrativa para se morar, enquanto o consumo, trabalho, educação, entre outros serviços, são buscados fora. A segunda, voltada às pessoas de classes menos favorecidas, está relacionada ao fato de o município não ter de opções de emprego, fazendo com que as pessoas procurem, obrigatoriamente, outro lugar para trabalhar, enquanto os produtos são consumidos na localidade e muitos vivem em péssimas condições. Portanto, no momento em que essa subordinação ocorre na lógica de produção do sistema capitalista, ocorre uma divisão territorial do trabalho (ROCHA, 1992, p. 2).

O movimento de ida e volta, de vaivém, é chamado de movimento pendular ou o que Beaujeu-Garnier (1980, p. 280) chama de migrações oscilatórias; correspondem a um “movimento de vaivém semelhante à oscilação de um pêndulo”. Essas oscilações de períodos curtos, cotidianas, ocorrem por diversos fatores, mas em todos eles relacionados à procura por que falta no local, seja emprego, lazer, saúde, entre outras necessidades. O aumento de tal processo vem ocorrendo devido ao progresso técnico que influencia diretamente no cotidiano humano (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 292).

O movimento pendular entre o local de residência e o local de trabalho pode ser chamado, no termo inglês, de “*commuting*”. Tal processo pelo qual considerado número de pessoas realiza esse movimento pelo menos duas vezes durante o dia (ida e volta), apresenta três características marcantes: apreciável extensão, uso de alguns meios de transportes mecânicos e certo grau de convergência (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 293).

Os meios de transportes estão diretamente relacionados a este movimento. Existem diversas maneiras de as pessoas se locomoverem até outros núcleos urbanos. Tais maneiras ocorrem de três formas² em Cambira: i) por meio de transporte coletivo interurbano; ii) por meio de transportes próprio de empresas e indústrias; e iii) por meio de veículos particulares.

Neste trabalho vale destacar o primeiro por ser o que abrange maior contingente populacional. Em Cambira, o transporte interurbano³ é feito por duas empresas: Viação Garcia e Expresso Nordeste. Em ambas as empresas o tempo médio no transporte denominado de

² Para este trabalho não são considerados, e, portanto, se excluem as seguintes formas de acesso dessas pessoas a outros núcleos urbanos: pedestre, tração animal e bicicletas.

³ A empresa Expresso Nordeste tem autorização para efetuar apenas a linha Cambira – Apucarana. As demais linhas interurbanas são promovidas pela Viação Garcia. Existem linhas para Curitiba, Londrina, Maringá e outras cidades médias do Paraná e do Estado de São Paulo. A linha Mandaguari – Apucarana engloba, além do trajeto Cambira – Apucarana, os trajetos: Cambira – Jandaia do Sul e Cambira – Mandaguari. Para Arapongas e as demais cidades menores da microrregião de Apucarana é necessário pegar outro ônibus em Apucarana.

metropolitano – tipo circular – é de 25 minutos e o valor é de R\$ 2,35. Já no tipo convencional, operado apenas pela empresa Expresso Nordeste, o tempo cai pela metade (duração de 12 minutos) e o valor sobe para R\$ 2,74.

Há disponibilidade de horários praticamente de hora em hora. Essa quantidade e o fato de a Viação Garcia inserir Cambira em todos os horários da linha Mandaguari – Apucarana e permitir uma concessão exclusiva, aumentando horários de ônibus, da linha Cambira – Apucarana, para a Expresso Nordeste, mostram a importância do trajeto. Embora se trate de um serviço expressivo do ponto de vista coletivo, diariamente ele só está disponível porque traz retorno financeiro, ou seja, consiste numa dinâmica que está relacionada com o sistema capitalista. Como a este remete à obtenção do capital e do lucro, pode-se avançar numa reflexão de que a linha é rentável para ambas as empresas, uma vez que, se assim não fosse, não estariam operando dessa maneira, principalmente com estratégias bem definidas quanto aos horários, carros e rotas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da atividade cafeeira em direção ao Estado do Paraná ocorreu num momento em que as políticas governamentais incentivavam o processo de industrialização no Estado de São Paulo. Este não surgiu como o único fator, mas elevou a migração de paulistas, não satisfeitos com essas políticas, ao Paraná.

O Paraná, por sua vez, apresentava fatores convidativos, como o solo fértil do Norte e a forma de colonização que privilegiava os pequenos produtores, que instigaram a vinda não somente dos paulistas, mas também dos mineiros e nordestinos. Não se pode esquecer de considerar os imigrantes de diversos países da Europa.

Ambos os fatos, atrelados, fizeram do Estado do Paraná um dos maiores receptores de migrantes até metade do século XX. No início da década de 1960, por exemplo, o Paraná passou a produzir, pela primeira vez, mais café que o Estado de São Paulo. Sua produção exuberante seguiu até início da década de 1970 quando as políticas públicas, a partir daquele momento, prejudicaram esse cultivo. Nesse contexto o Norte do Paraná tem uma ocupação capitalista efetiva. A história de Cambira é parte deste processo.

Ora, o surgimento de Cambira e seu desenvolvimento ocorrem, grosso modo, devido à inserção da atividade cafeeira no município. Essa atividade e as formas de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) trouxeram ao município imenso contingente populacional que passou da casa dos 20 mil quando foi emancipado. Entretanto, a maior parte dessas pessoas acabaram por sair de Cambira quando um leque de fatores resultaram na erradicação da atividade cafeeira no Norte do Paraná.

Entender esse processo é contribuir para a compreensão das relações humanas e da condição socioeconômica do ser humano que vivenciou tal processo. Este, por sua vez, trouxe muitas transformações para o município, principalmente para a sede (cidade), e para toda a região, deixando legados, tristezas e momentos preservados materialmente na paisagem ou não materialmente nas histórias contadas pelas pessoas.

As transformações, oriundas de mudanças no ciclo econômico que ocorrem por interesse do sistema em que se vive e, por consequência, de poucos, em vez do coletivo, mais do que gerar um legado de história e acontecimentos na paisagem, interferem na condição de vida humana. Ou seja, mais do que contribuir para o aumento da divisão internacional do trabalho, influenciam nas relações sociais dos seres humanos, cada vez mais isolados e distantes de uma emancipação humana.

Essas relações passam, assim, a ocorrer nas áreas urbanas, de maneira mais complexa, mais intensa e cada vez mais efêmera. Os espaços de vida agora sinalizam efetivamente para uma não-participação direta da sociedade, mesmo tendo o poder do voto, de questionar e reclamar. Isso porque, no sistema regente, o controle dos espaços e territórios parte pelas relações econômicas de interesses convergentes.

Associadas às áreas urbanas, surgiram as indústrias e a especialização dos serviços. Em Cambira esses setores substituíram a agricultura e passaram a configurar-se como principal fonte de renda e emprego no município. Todavia, não são suficientes para as pessoas que residem na área urbana, fazendo com que muitos procurem empregos fora do limite municipal, o que prejudica, inclusive, o comércio local, pois o fluxo que inicialmente é motivado pelo trabalho transforma-se, também, em fluxo para o consumo.

Para entender essa relação, fortemente encontrada em Cambira, parte-se do entendimento da sua reinserção na rede urbana do Norte do Paraná, tal como do seu grau de centralidade/hierarquização e sua proximidade com centros maiores, como Apucarana, Maringá e

Londrina. Por não dispor de empregos suficientes, opções de lazer, de atendimento médico especializado, entre outros fatores, Cambira desempenha na rede urbana um papel de nível muito fraco de centralidade, ou seja, com poder local apenas. As pessoas que não encontram esses serviços, ou emprego, lazer e educação, acabam por recorrer a centros maiores. Entretanto, nem todas têm essa condição e acabam por sofrer consequências negativas dessa ausência de serviços em Cambira.

Portanto, os desafios futuros de Cambira, visam, mais do que tentar evitar esse panorama de vaivém, caminham para proporcionar a sua comunidade local condições básicas e dignas de sobrevivência, como moradia, saúde, educação e emprego, direitos esses a todos, previstos na Constituição Federal de 1988.

A participação coletiva também é importante e fundamental. E esta, infelizmente, foi praticamente não existe em Cambira. A ausência de grupos coletivos organizados faz com que a comunidade local seja conduzida de forma unilateral pelo poder público, por vezes em detrimento das soluções em favor do coletivo. A reversão desse processo político, por uma forma mais participativa, deve ser incentivada na comunidade, esboçando uma das perspectivas futuras para Cambira.

A necessidade de se planejar permite compreender a realidade local – do município ou de bairros e comunidades. Os espaços de convivência e da realidade humana devem trazer ao social a dignidade humana e contribuir para a formação de futuras gerações. É dando voz às pessoas que vivem na localidade que serão alcançados os melhores resultados na gestão do território numa escala coletiva e não isolada em pequenos grupos.

5 REFERÊNCIAS

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da população**. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 441 p.;

CAMBIRA, Prefeitura Municipal. **Histórico de Cambira**. 2010. Disponível em: <<http://www.prefcambira.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=54>> acesso em: 20 de junho de 2010;

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.;

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.;

EXPRESSO NORDESTE. **Horário de ônibus linha Cambira – Apucarana**. 2010. Disponível em: <<http://www.expnordeste.com.br/forms/index.php>> acesso em: 20 de junho de 2010;

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Edel, 2004. 403 p. il.;

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: Município de Cambira**. 2009. 23 p. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> acesso em: 29 de junho de 2010;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **XII Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41> acesso em: 10 de novembro de 2010;

_____. **Regiões de Influência das cidades (REGIC)**, 2007. 201 p.;

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 15-40;

ROCHA, Márcio Mendes. **As tendências de Brodowski-SP como cidade-dormitório**: uma abordagem regional. Tese (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 1992. 91p.;

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979;

_____. Por uma geografia das redes. In: _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 2008-222;

VIAÇÃO GARCIA. **Horário de ônibus da linha Mandaguari – Apucarana**. 2010. Disponível em: <http://www.viacaogarcia.com.br/arquivos/horariospdf/350_file.pdf> acesso em: 20 de julho de 2010.